

Artifício da captura e/ou limiar da ruptura? Reflexões sobre as trajetórias do cooperativismo na sociedade contemporânea capitalista

Frederico Godoy¹

Soraia Georgina Ferreira de Paiva Cruz²

Faculdade de Ciências e Letras da UNESP - Assis

O contexto político e econômico de nossa sociedade liberal e globalizada é alvo de inúmeros debates e inquietações, porque, no centro de tais problemáticas, encontramos perguntas referentes ao papel do Estado e do mercado em relação a um expressivo contingente de indivíduos excluídos dos modos de vida contemporâneos.

Esses apontamentos evidenciam as características da sociedade liberal e demonstram, de alguma maneira, a confluência das práticas do Estado, movido pela garantia do bem-estar e dos direitos da população, e das práticas do Capitalismo, garantindo o acúmulo de bens e lucros e o desenvolvimento da produtividade, cuja proposta é a intervenção mínima do Estado e a regularização através do mercado, gerando assim uma população incapaz de exercer sua cidadania e assumir um controle democrático da sociedade.

A população, como vemos, é refém dessa racionalidade liberal; existe todo um aparato para inculcar nos indivíduos o desejo e a vontade do bem-estar capitalístico, compreendido como a posse de bens e a inserção nos processos produtivos, de sorte que observamos a incessante busca de espaço no mercado pelos sujeitos que estão excluídos, e a constante luta e insegurança daqueles que já estão inseridos.

Mediante essa organização, deparamo-nos com o movimento cooperativista, o qual congrega diversos gêneros de empreendimentos, desde cooperativas agrícolas, associações, movimentos comunitários, até alguns empreendimentos da economia solidária, da economia dos setores populares, articulando outra forma e modo de produção dentro do contexto capitalista.

As cooperativas interagem e concorrem no mercado com os próprios empreendimentos cooperativos e solidários, e as demais empresas públicas e privadas. No entanto, sua finalidade não é o lucro, mas providenciar a produção coletiva de bens aos indivíduos envolvidos, por meio do convívio com os valores e princípios da cooperação. Essa prática é efeito da autogestão e da solidariedade, valores estes distintos da economia capitalista, modulada pelo individualismo e pela concorrência.

¹ Mestrando em Psicologia na Faculdade de Ciências e Letras de Assis – UNESP.

² Doutora em Educação pela Universidade Estadual Paulista. Professora Assistente Doutora do Departamento de Psicologia Evolutiva, Social e Escolar da Faculdade de Ciências e Letras de Assis – UNESP.

O enfrentamento dessas instâncias do mercado, tomadas como referência de poder e autoridade, em nossa sociedade, encontra respaldo no pensamento de Foucault, pelo fato de este conceber as relações de poder como efeitos de uma série de estratégias e jogo de forças que produzem realidades, verdades e não como relações de posse, de dominação de um determinado grupo sobre outro; assim, o poder estaria mais próximo da ordem de um exercício do que da ordem da propriedade.

Nesse sentido, destacamos algumas funções das fábricas, no início dos processos de industrialização; tais espaços organizavam o modo de produção na tentativa de expropriar a potência produtiva dos corpos, seu tempo, assim como fomentar, no seio destes, a noção positiva e o valor do trabalho.

Todavia, os trabalhadores, os intelectuais, entre outros, produziram outros discursos em relação aos proferidos pelo capital. Com suas ideias, o inglês Robert Owen questionava a maneira como as riquezas eram distribuídas entre a sociedade, e propunha certas reformas sociais, a partir de Aldeias Cooperativas, organizadas pela população, no intuito de tomar posse dos processos de produção e dos bens, tornando-se autossustentáveis.

A partir desses ideais, vemos a criação da primeira cooperativa formal na Inglaterra, em 1843, por um grupo de tecelões de Rochdale, com a finalidade de organizar o consumo e a produção, e construir casas para os membros. O marco desse empreendimento está nos princípios de adesão livre, na gestão democrática, nas taxas de juros fixas, entre outros elementos que, mais tarde, se tornariam os pressupostos do movimento cooperativista.

Presenciamos, até as primeiras décadas do século XX, uma disputa *pari passu* entre as empresas capitalistas e os empreendimentos cooperativos, no que diz respeito à inserção no mercado, uma vez que esses modos de produção estavam em processo de implantação, na sociedade.

Os primeiros empreendimentos cooperativos, no Brasil, são observados nessa conjuntura histórica, pelo fim do século XIX e início do século XX, e estão contidos nas disputas pela hegemonia política das oligarquias nacionais, integrando propostas vindas desses proprietários, no intuito de fomentar a produção rural.

Durante o regime ditatorial brasileiro, tivemos a implantação da lei 5764, em 1971, responsável por normalizar os empreendimentos do país. Nesse sentido, notamos as concepções e maneiras de desenvolver e gerir uma cooperativa; o papel do Estado como um prestador de assistência técnica e incentivador fiscal; como também os órgãos encarregados de regularizar e representar os empreendimentos cooperativos, a saber, CNC (Conselho Nacional de Cooperativismo) e OCB (Organização das Cooperativas do Brasil), vinculados ao Ministério da Agricultura, em especial ao INCRA.

Desde o processo de redemocratização do Brasil, o país adota uma política neoliberal, cujos alinhamentos não possibilitam a inclusão de todos, nos processos produtivos.

Um dos efeitos disso é a revitalização do movimento cooperativista, denominado agora Economia Solidária, o qual conta com o auxílio e fomento de instituições como a ANTEAG (Associação Nacional de Trabalhadores de Empresas de Autogestão e Participação Acionária); a Cáritas do Brasil; ITCPs (Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares); entre outras ONGs organizadas no seio da sociedade civil.

A partir do governo Lula, no ano de 2004, há igualmente a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária, vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego, com as atribuições de fomentar as políticas públicas para esse setor.

Tendo em vista o referencial de Deleuze, Guattari, Foucault, entre outros, e a cartografia como exercício de pensamento e estratégia de atuação, objetivamos cartografar o movimento cooperativista e as diversas transformações e trajetórias percorridas por este, no decorrer da sociedade contemporânea capitalista.

Optamos pela estratégia da cartografia pelo fato de possibilitar um enfrentamento das formas de saber-poder e das práticas rígidas e hegemônicas de produção de conhecimento positivistas, atuando numa movimentação para aproximar a arte da ciência, com base na experiência estética e no vínculo com as sensações, almejando a produção de outras práticas discursivas, políticas e sociais.

A cartografia se mostra como um processo de reinvenção contínua das práticas e estratégias tomadas pelo autor, porque, o produto da pesquisa possui relação direta com os afetos experimentados pelo pesquisador, nos diversos encontros com seu objeto de estudo.

O fazer do cartógrafo adquire esse caráter processual, justamente por acompanhar as diferentes modulações e movimentos de forças nos territórios e fenômenos pelos quais circula; portanto, para se conectar nessas composições, ele precisa se deixar levar.

Em decorrência, visamos a acompanhar o cooperativismo na trama histórica, nas linhas engendradas por este, os efeitos de suas práticas, as fissuras, as alianças com os mais diversos segmentos da sociedade e, como maneira de dar visibilidade para tudo isso, circularemos pela Associação dos Artesãos de Assis (A.S.A.).

O conceito de linhas adotado neste trabalho vem do pensamento de Deleuze e se comporia pelas linhas duras, flexíveis e de fuga.

As linhas duras colocariam em circulação as categorias de classe social, de gênero, de faixa etária, de posição em relação à vida pública, articuladas aos dispositivos de poder, ditando os códigos a serem seguidos e padronizados em nossa sociedade.

As linhas flexíveis são máquinas mutantes, constituídas por segmentos que não se deixam fixar nos processos dualistas, são compostas de intensidades, fluxos que atravessariam grupos, sociedades, não seriam consideradas exclusividade de uma pessoa; essas linhas formariam limiares, processos eternos de vir a ser.

A linha de fuga atuaria a partir dos segmentos e dos limiares numa movimentação imprevisível, sem destino. Essa linha se situaria na realidade primeiramente e de forma permanente, contudo, sem a delimitação de um destino certo, enquanto as linhas duras e flexíveis derivariam dela.

A relação entre as linhas não é algo definível, nem passível de juízo de valor, pois elas se mesclam, fundem, emaranham-se; e não há como prever se essas movimentações serão positivas ou negativas; o que pode ser caracterizado é o território pelo qual circulam, quais dispositivos adquirem efetivação ou objeção em virtude de suas conduções.

Parece-nos que o cooperativismo circularia por entre tais linhas e geraria, através de pressupostos como autogestão, solidariedade, autonomia, adesão livre, entre outros, um campo de possibilidades e alternativas ao modo de produção capitalista, desde outro

modo de produção, incluindo até mesmo práticas sociais, políticas e culturais diversificadas das práticas correntes e hegemônicas.

Referências

- Alvarez, J. & Passos, E. (2009). Cartografia é habitar um território existencial. In E. Passos, V. Kastrup, & L. Escóssia (orgs.). *Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina.
- Bancal, J. (19--). *Proudhon: Pluralismo e Autogestão. Tomo I - Fundamentos*. [s.l.p.] [s.n.].
- Barros, L. P. & Kastrup, V. (2009). Cartografar é acompanhar processos. In E. Passos, V. Kastrup, & L. Escóssia (orgs.). *Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina.
- Brasil, Ministério da Agricultura. (1971, 16 de dezembro). *Lei 5.764 – Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas e dá outras providências*.
- Brasil, Ministério do Trabalho e Emprego. Herton Araújo et al. (2005). *Avaliação das políticas públicas de Economia Solidária (relatório final do convênio MTE/IPEA/ANPEC – 01/2003*. Brasília: MTE, IPEA, ANPEC.
- Deleuze, G. (1992). *Conversações/ Gilles Deleuze* (P. P. Pelbart, trad.). Rio de Janeiro: 34.
- Deleuze, G. (1998). *Diálogos/ Gilles Deleuze, Claire Parnet*. (E. A. Ribeiro, trad.). São Paulo: Escuta.
- Demo, P. (1998). *Charme da exclusão social*. Campinas, SP: Autores Associados.
- Demo, P. (2001). *Cidadania Pequena: fragilidades e desafios do associativismo no Brasil*. Campinas: Autores Associados.
- Foucault, M. (1979). *Microfísica do poder* (R. Machado, trad.). Rio de Janeiro: Graal.
- Foucault, M. (2006). *Estratégia, poder-saber*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária.
- Furquim, M. C. A. (2001). *A cooperativa como alternativa de trabalho*. São Paulo: LTr.
- Guattari, F. (1990). *As três ecologias* (M. C. F. Bittencourt, trad.). Campinas: Papyrus.
- Guattari, F. (1992). *Caosmose: um novo paradigma estético* (A. L. Oliveira & L. C. Leão, trads.). São Paulo: Ed. 34.
- Guattari, F. (2005). *Micropolítica: cartografia do desejo* (S. Rolnik, trad., 7a ed. rev.). Petrópolis: Vozes.
- Guimarães, G. (2003). Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares: contribuição para um modelo alternativo de geração de trabalho e renda. In P. Singer & A. R. Souza (orgs.). *A Economia Solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto.

- Kastrup, V. & Barros, R. B. (2009). Movimentos-funções do dispositivo na prática da cartografia. In E. Passos, V. Kastrup & L. Escóssia (orgs.). *Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina.
- Keil, I. M. & Monteiro, S. T. (1982). *Os pioneiros de Rochdale e as distorções do cooperativismo na América Latina*. Acessado em 08/06/2009, do <http://www.cootrade.com.br/pioneirosrochdale.pdf>.
- Kirst, P. G. et al. (2003). Conhecimento e cartografia: tempestade de possíveis. In T. M. G. Fonseca & P. G. Kirst (orgs.). *Cartografias e devires: a construção do presente*. Porto Alegre: Editora da UFRGS.
- Kraychete, G. (2000). A economia dos setores populares. In R. Costa & G. Kraychete. *A economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia*. Petrópolis: Vozes.
- Mairesse, D. (2003). Cartografia: do método à arte de fazer pesquisa. In: T. M. G. Fonseca & P. G. Kirst (orgs.). *Cartografias e devires: a construção do presente*. Porto Alegre: Editora da UFRGS3.
- Mantovani, A. M. *Reflexões sobre o ensino da cartografia temática na geografia*. São José dos Campos: Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento/ Universidade do Vale do Paraíba. Acessado em 14/07/2009, do <http://www.cartografia.ime.eb.br/artigos/epq2.pdf>.
- Martinelli, M. (2003). *Os mapas da geografia e cartografia temática*. São Paulo: Contexto.
- Martins, J. P. & Palmieri, M. W. A. R. (2008). Possibilidades e desafios da produção científica no campo da Psicologia: algumas reflexões. *Psicol. Estud.*, 13(4), 743-752.
- Nakano, M. (2003). ANTEAG: autogestão como marca. In P. Singer & A. R. Souza (orgs.). *A Economia Solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto.
- Passos, E. & Eirado, A. (2009). Cartografia como dissolução do ponto de vista do observador. In E. Passos, V. Kastrup & L. Escóssia (orgs.). *Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina.
- Pinho, D. B. (1977). *Economia e Cooperativismo*. São Paulo: Saraiva.

Recebido: 17 de dezembro de 2009.
Aprovado: 15 de janeiro de 2010.